

Síntese da Conjuntura

O Fantasma da Inflação

Ernane Galvão

Ex-Ministro da Fazenda

O fantasma da inflação está rondando a economia mundial, dos Estados Unidos, Europa e China, e também a economia do Brasil. O índice geral de preços (IGP-M e IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, caminha para além de 12%, neste ano de 2008. A causa original dessa onda inflacionária se situa na alta dos preços do petróleo e dos alimentos, e por trás dela estão a China e os Estados Unidos. A China, que há cinco anos era exportadora de petróleo, hoje importa 50% do petróleo que consome, o que representa 23% da demanda mundial. Os Estados Unidos pressionam os preços do petróleo, na medida em que nada faz para reduzir o consumo e elevam os preços dos alimentos utilizando a produção de milho para produzir etanol subsidiado. A China também responde pela alta dos alimentos, disputando avidamente as importações de soja, milho, carne, arroz, da mesma forma que faz com algodão, minério de ferro e outras matérias-primas.

O desequilíbrio inicial provocado pela China foi ampliado pela desvalorização do dólar americano, que, nesse jogo, funciona como causa e efeito, ao mesmo tempo. Como causa, o problema está na desastrosa política fiscal americana, que já despendeu mais de um trilhão de dólares com a guerra do Iraque e continua gastando mais do que arrecada (US\$ 600 bilhões de déficit orçamentário anual). Como efeito, temos a desvalorização do dólar frente às demais moedas no mercado internacional.

No início desse processo, os grandes países – Estados Unidos e Europa, principalmente – reprimiram o preço dos alimentos através de subsídios, coibindo importações, o que desestimulou a produção nos países emergentes, agravando o problema pelo lado da oferta. Esse artifício está chegando ao fim.

O Brasil ficou fora dessa onda, primeiro por que, através da Petrobrás, subsidiou o consumo de combustíveis, e segundo graças à fantástica melhoria da produtividade agrícola, derivada das pesquisas da Embrapa. Ao que tudo indica, porém, vai ser difícil sustentar um controle eficiente das pressões inflacionárias, no Brasil, face à incontinência das políticas monetária e fiscal.

É impressionante como há quem acredite que se possa combater a inflação mediante a simples adoção de “metas inflacionárias”. Ora, essa estória de “meta de inflação” é ficção pura. Não é uma fórmula, não é uma equação, não tem metodologia. É apenas um desejo anunciado. Afirmar que a meta de inflação é de 4,5%, porém, tem algum efeito psicológico e o mérito de indicar que todos devem buscar o controle da inflação, em torno de um número que parece razoável, tendo em vista as características da estrutura político-econômica do País. Mas é só.

Acontece que o Banco Central, ao que parece, considera essa ficção uma realidade e pensa que, sozinho, sem a ajuda da política fiscal e do governo, como um todo, será capaz de controlar a inflação, usando a taxa de juros básica, fixada nas reuniões periódicas do COPOM.

A alta geral dos preços (inflação) é um fenômeno complexo. Ela pode ser gerada no mercado interno ou no mercado externo: pode resultar de um excesso de demanda ou de uma alta dos custos, do lado da oferta; pode resultar de um aumento de salários, como de uma expansão do crédito; pode até resultar de um excessivo saldo das exportações sobre as importações.

Como é fácil perceber, todos esses ingredientes estão presentes na inflação atual. Ainda assim, o Governo não entende que é imperioso cortar os gastos públicos para reduzir a demanda agregada, principalmente os gastos de custeio, que não afetem os investimentos nos projetos de infra-estrutura. O exame das contas do setor público nos indica o contrário: União, Estados e Municípios, Executivo, Legislativo e Judiciário, todos estão empenhados em gastar mais, em contratar mais. É aí que entra o Banco Central, elevando absurdamente a taxa de juros, que vai pesar ainda mais no déficit fiscal, criando mais liquidez e fomentando ainda mais a demanda do setor privado.

Observe-se, por outro lado, que o BNDES, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica estão instruídos no sentido de aumentarem o volume de crédito ao máximo, sem qualquer consideração ao fato de que a expansão do crédito muito além dos índices de preços é um dos ingredientes mais poderosos na geração das pressões inflacionárias.

Nesse contexto, vai ser muito improvável exercer algum controle sobre a crescente tendência inflacionária, a curto ou médio prazo. Ainda mais tendo em vista o grande número de setores cujos preços estão, hoje, indexados à própria inflação, tais como os serviços públicos, os contratos, os benefícios da Previdência Social, o salário mínimo e os salários, em geral. Não devemos esquecer que foi o sistema de indexação generalizado, através da correção monetária, que alavancou a inflação nas décadas de 60 a 80 e levou à hiperinflação até meados de 1995 (Plano Real).

A única trava que se visualiza, hoje, no combate à inflação, é o aumento da produtividade, que ajuda, mas não é suficiente.

POLÍTICA MONETÁRIA

Segundo a velha “teoria quantitativa da moeda”, em que se baseava toda a sabedoria e a eficiência dos Bancos Centrais, o crescimento da inflação resultava, diretamente, da expansão dos meios de pagamento (moeda). Essa era a teoria quantitativa da moeda, de Irving Fisher, e a assertiva consagrada pelo professor Milton Friedman da “Escola de Chicago”: a inflação é um fenômeno monetário.

Com o tempo, as coisas mudaram e, se nos anos 50 os meios de pagamento tradicionais (M1) representavam 60% do PIB, hoje não passam de 6%. De outro lado, subiu, brutalmente, a “velocidade da circulação da moeda”, outro elemento de equação monetária que transformava a velha teoria em um notável truísmo.

O Banco Central do Brasil ainda vive nos anos cinquenta e diz que está combatendo a inflação com “rigoroso controle monetário” (!?).

Que controle monetário é esse, que permitiu, em 2007, a) que o volume de M1 aumentasse 23,2%, de M2 18,1% e M4 20,9%; e b) a expansão do crédito (empréstimos financeiros) atingisse 27,8%, comparado à inflação oficial de 4,5%, medida pelo IPCA/IBGE.

É lógico que aumentando a taxa SELIC (juros básicos), que determina a remuneração dos Fundos de renda fixa, o Banco Central induz algumas pessoas a trocar parte do consumo pelos rendimentos da poupança; mas acontece que os bancos reemprestam esses fundos, que voltam ao mercado, sem alterar os níveis de liquidez. Então, ficam patentes duas coisas: a taxa SELIC aumenta o déficit e a dívida pública, ao mesmo tempo em que aumenta a renda dos depositantes e investidores em títulos públicos ou privados.

Em 2007, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros de 13,0% para 11,25% mas mesmo assim, produziu um colossal aumento nos gastos do Governo sobre a dívida pública; naquele ano, os juros sobre a dívida pública atingiram R\$ 159,5 bilhões. Em 2008, até junho, a SELIC subiu de 11,25% para 12,25%, enquanto continua em alta a tendência de crescimento da inflação.

Afinal, diante das pressões inflacionárias, que passam ao largo da atuação do Banco Central, vai se reconhecendo que a solução está mais para a política fiscal, ou seja da redução dos gastos de custeio de Governo. Ainda é cedo para avaliarmos o curso da inflação em 2008 ou 2009, até mesmo porque grande parte de suas causas vem do setor externo, pelo aumento de preços dos combustíveis, das matérias-primas e dos alimentos. Fica claro, porém, a ineficácia da política de juros altos praticada pelo nosso Banco Central.

INVESTMENT GRADE

Existem três conhecidas grandes firmas de *rating*, que classificam os países por sua capacidade de pagamento da dívida externa. Quanto melhor a classificação, maior acesso tem o país aos mercados financeiros, a menores taxas de juros. Recentemente, o Brasil recebeu o *investment grade* da Standard & Poor e da Fitch, uma classificação intermediária entre o grau menor e o máximo. Falta, ainda, o reconhecimento da Moody's.

São muitos os indicadores que levam à classificação, inclusive o risco político, ou seja, a capacidade de “dar calote” na dívida. Em 1930, o Brasil suspendeu o pagamento aos credores (*funding* Oswaldo Aranha) e só conseguiu voltar ao mercado internacional em 1972. Em 1982, na crise mundial da dívida externa, o Brasil teve que fazer um acordo com os credores, com a ajuda do FMI, para escalonar o pagamento da dívida, com resultados satisfatórios, como se pode ver pelas estatísticas de 1984 (o PIB cresceu 5,4%, o balanço de pagamentos equilibrou-se e as reservas cambiais de zero chegaram a US\$ 8,0 bilhões). O descalabro fiscal, entretanto, levou a nova crise, e o Brasil decretou moratória, em 1987, no Governo Sarney.

Desde então, o “risco Brasil” passou a figurar entre os mais altos do mundo e, hoje, ainda se acerca dos 200 pontos. Isso é de certa forma inexplicável, uma vez que as reservas cambiais acumuladas pelo Banco Central já se aproximam de US\$ 200 bilhões, quando o normal poderia ser US\$ 50 bilhões, equivalentes a quatro ou cinco meses de importações. Mas continua pesando contra o País a precária situação fiscal, representada por uma dívida bruta de R\$ 1.602

bilhões, que cresce inexoravelmente, em função do pagamento dos juros que, no ano passado, chegaram a R\$ 160 bilhões. A carga tributária brasileira é maior que a dos Estados Unidos e da maioria dos países europeus, chegando ao dobro da dos países emergentes, como a China, a Coréia, os países do Leste Europeu, do Chile, da Argentina, do México e muitos outros. Tudo isso com a mais precária contraprestação dos serviços públicos essenciais e a deterioração da infra-estrutura.

O Brasil, hoje, é o paraíso dos bancos, dos corretores e dos especuladores internacionais, pagando juros de cerca de 10% reais sobre os títulos públicos (mais de 14% prefixados sobre as LTN vencíveis em 2010). O que o Banco Central perde com as excessivas reservas cambiais é a diferença entre os pífios juros que rendem e os juros astronômicos pagos sobre os recursos levantados pelo Tesouro Nacional. O BIS calcula que a perda do Brasil com cerca de US\$ 200 bilhões de reservas cambiais corresponde a 1% do PIB anual. Juntamente com a deterioração do balanço de pagamentos externos, a situação fiscal é a pior herança que o Governo Lula vai deixar para seu sucessor.

Uma situação parecida com a administração Juscelino Kubitschek: tudo indicava que a economia estava “bombando”, o PIB crescendo a 10% ao ano, mas, a partir de 1961, nos governos Jânio Quadros e João Goulart, o que se viu é que a situação externa estava podre. O maior risco é que tudo isso abre espaço para os ideólogos socialistas, pseudos-intelectuais e sindicalistas profissionais, que almejam a tomada e a permanência no Poder, jogando todo o peso da crítica sobre o regime capitalista e, sobretudo, contra os Estados Unidos, o que ainda constitui um caminho eleitoral fácil, para

angariar os votos da opinião pública. É importante não perder de vista a História e não se deixar levar, euforicamente, por alguns *investment grades*.

PERSPECTIVAS PARA PÓS-2010

O ano 2007, do ponto de vista ético-político, foi um *display* de escândalos e improbidade administrativa, de leniência das autoridades, em relação às comissões de inquérito e à impunidade generalizada. Em compensação, o **desempenho econômico** foi um sucesso extraordinário que, por inércia, vem se repetindo em 2008 e, possivelmente, vai se repetir em 2009, um pouco mais moderadamente.

Sem dúvida, o início das obras previstas no PAC, especialmente rodovias, ferrovias, hidrelétricas, petróleo e construção naval, continuidade dos investimentos em telefonia, urbanização etc. estão contribuindo para impulsionar as atividades. O mesmo se pode dizer da agricultura e do comércio exterior. Embora em declínio, as exportações ainda cresceram 19,9%, no período janeiro/maio. De algum modo, podemos dizer que cerca de 80% desse *boom* econômico veio de fora, do mercado externo. Há, entretanto, um prenúncio de agravamento da crise global, que poderá perturbar o clima de euforia que estamos vivendo nos últimos 24 meses, bafejados pela sorte. As expectativas, a partir do próximo ano, não são alvissareiras.

A inflação mundial está chegando “às nossas praias”, tanto a inflação de custos, como a de demanda (especialmente no setor públi-

co), apesar da contraditória política de desvalorização da taxa de câmbio, principal sustentáculo de uma parcial contenção do ritmo da inflação. Em 25/06, a taxa de câmbio ficou abaixo de R\$ 1,60 por dólar, o que, realmente, a médio prazo, é um desastre para as exportações e o equilíbrio do balanço de pagamentos.

O passivo externo do Brasil chegou a cerca de US\$ 900 bilhões (menos US\$ 315,0 bilhões de capitais brasileiros no exterior), sendo US\$ 254,3 bilhões de dívida externa e o restante de investimentos estrangeiros, o que representa um encargo anual líquido de juros de US\$ 10,0 bilhões e de remessas de lucros e dividendos de US\$ 38,0 bilhões. Isto significa que, com um saldo da balança comercial de apenas US\$ 20 bilhões, neste ano, a conta Transações Correntes será negativa em cerca de US\$ 28 bilhões, mais US\$ 20,0 bilhões de amortizações. É esse número que mede, em grande parte, a vulnerabilidade da economia nacional, associado à crescente dívida pública interna, sobre a qual pesam os brutais juros SELIC do Banco Central. Por enquanto, o ingresso de recursos é maior do que a saída, o que leva ao contínuo crescimento das reservas cambiais.

O Banco Central tem se mostrado incompetente para administrar a taxa de câmbio e a taxa de juros, assim como o Governo, nas três esferas federativas, não pratica uma política fiscal responsável. A idéia de aumentar o chamado *superávit primário*, de 3,8% (2007) para 4,3% (2008) deveria, necessariamente, dirigir sua utilização total ao pagamento dos juros, a fim de impedir o crescimento da dívida pública interna. Fora desse objetivo, o “*superávit*” não faz sentido. É uma enganação.

Do ponto de vista da inflação importada do mercado externo, parece não haver esperança de queda no preço do petróleo: a Arábia Saudita atribui o elevado preço atual à **especulação** e não à escassez da oferta. Nos Estados Unidos cresce a pressão política do Congresso, no sentido de que Fundos de Pensão e outros investidores institucionais sejam proibidos de operar no mercado futuro de commodities energéticas e agrícolas. Vão ter que enfrentar o poderoso *lobby* dos bancos.

Indústria

A indústria paulista cresceu 2,1% em maio, ante abril, informou a FIESP. Esta é a menor taxa para o mês de maio desde 2002, quando o indicador cresceu 0,6%. Em relação a maio de 2007, a atividade industrial aumentou 3,9%.

No ano, o INA já acumula alta de 8,3% e, em doze meses, há avanço de 7,5%. Entre os setores, destacaram-se o de alimentos e bebidas, que registrou queda de 0,5%, e máquinas e equipamentos, com recuo de 3,5%.

As vendas reais avançaram 3% na passagem de abril para maio e cresceram 5,2% em relação a maio do ano passado.

O nível de utilização da capacidade instalada (Nuci) atingiu 84% em maio frente a abril, quando a taxa foi de 83%. Em maio de 2007, o Nuci havia alcançado 83,4%.

O ritmo de venda de materiais de construção continua forte no Brasil. O faturamento da indústria fabricante de produtos básicos –

como cimento, ferro, tubos e conexões – e produtos de acabamento – revestimento, metais e louças, entre outros – cresceu 26,9%, entre janeiro e maio deste ano em relação a igual período de 2007.

Segundo o IBGE, as grandes empresas passaram por forte reestruturação nos anos 90, reduzindo custos e cortando empregos. Aumentaram a produtividade num ritmo mais acelerado e tomaram espaço das firmas de menor porte. No período de 1996 a 2000, o emprego nas companhias maiores caiu 4,2%. De 2000 a 2006, subiu 48,9%.

A demanda interna aquecida e a valorização do câmbio provocaram uma reversão nos bons resultados das empresas brasileiras no comércio exterior. De janeiro a maio deste ano, a indústria de transformação registrou déficit comercial de US\$ 3,5 bilhões – um desempenho muito fraco comparado com o superávit de US\$ 6,2 bilhões dos primeiros cinco meses de 2007 (SDP do Ministério do Desenvolvimento).

É a primeira vez que a indústria de transformação apura um resultado negativo em suas transações com o mundo, desde 2001.

A produção média de petróleo e gás natural da Petrobrás, no Brasil, alcançou 2,16 milhões de barris de óleo equivalente por dia em maio, um aumento de 7% em relação ao mesmo mês de 2007 e de 0,4% ante a produção de abril de 2008. A produção de gás natural dos campos nacionais atingiu 49,5 milhões de metros cúbicos por dia, indicando um aumento de 18,6% sobre os 41,7 milhões de metros cúbicos produzidos em maio de 2007.

Considerando apenas a produção de petróleo, o aumento foi de 5,2% em relação a maio de 2007 e de 0,7% sobre o mês anterior, totalizando 1,854 milhão de barris por dia.

Comércio

As vendas do comércio varejista do País, em termos reais, cresceram 0,2% em abril, na comparação com o mês anterior, segundo o IBGE. Em relação a abril de 2007, houve expansão de 8,7%, e no primeiro quadrimestre alta de 11%. Nos últimos 12 meses, a expansão foi de 10,3%. Segundo os levantamentos da DE da CNC, nas 15 principais regiões metropolitanas do País, o comércio varejista registrou um aumento de 6,47% no faturamento **real**, de janeiro a abril, com destaques para Florianópolis (+18,1%), Natal (+17,8%), Fortaleza (+12,6%), Belo Horizonte (+11,5%) e Londrina (+11,0%). Os maiores aumentos foram no setor de veículos e autopeças.

Com os preços mais altos dos alimentos e o repasse para os produtos no varejo, o setor supermercadista brasileiro alcançou em maio um faturamento real 13,95% maior do que o apurado no mesmo mês de 2007. Segundo a ABRAS, boa parte dessa evolução pode ser explicada pela inflação dos alimentos.

Segundo o levantamento da *e-bit*, no primeiro trimestre de 2008, o comércio eletrônico obteve um faturamento de R\$ 1,84 milhão, o que significou um crescimento de 49% nas vendas em relação ao ano passado.

Em maio, o Grupo Pão de Açúcar registrou um aumento de 28,2% no faturamento.

A inadimplência das empresas teve queda de 2,7% nos cinco primeiros meses do ano, informou a Serasa. A taxa de inadimplência nas operações de crédito para pessoa física atingiu 7,3% em maio, subindo 0,2% percentual ante abril. É o maior patamar do indicador desde fevereiro de 2007.

A parcela de famílias com contas fixas (água, telefone, luz e condomínio) em atraso na Região Metropolitana do Rio caiu para 21% em maio, contra 23,8% no mesmo mês de 2007. É a menor taxa registrada em maio, desde julho de 2000, segundo pesquisa da **Fecomercio-RJ**. A maior queda de inadimplência no período ficou com as famílias com renda de três a cinco mínimos: de 32% para 24,8%.

O Presidente Lula sancionou a lei que impede a venda de bebidas alcoólicas no perímetro das estradas.

Agricultura

Em março, o aumento do produto agrícola cresceu 0,99%, em relação aos 0,54% apurados em igual mês de 2007. Os preços pagos aos produtores rurais subiram 15% no trimestre, em média. Paralelamente, os custos dos insumos e fertilizantes aumentaram 5,65%, ambos influenciados pelo mercado mundial.

No primeiro trimestre, o PIB do setor cresceu 2,81%, em compara-

ção com o mesmo período do ano passado, puxado pela safra recorde e o aumento dos preços.

As condições climáticas nos Estados Unidos continuam a inflar os preços dos grãos, levando a soja e o milho a baterem recorde histórico.

As perdas na segunda safra de milho paranaense chegam a 1,3 milhão de toneladas, cerca de 19,24% em relação à produção inicialmente esperada, em decorrência das geadas ocorridas nos dias 16 e 17 de junho.

A produtividade na agricultura da soja atinge níveis espetaculares, entre 47 e 90 sacas por hectare. Em Caçapava do Sul (RS), um produtor chegou a colher 103,2 sacas/ha.

O Governo está reservando R\$ 78 bilhões para o financiamento da safra 2008/09 (+9,0%), sendo R\$ 13 bilhões para a agricultura familiar.

Mercado de Trabalho

O Brasil ultrapassou no mês de maio a marca dos 30 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, segundo a Caged.

Mais de um milhão de vagas foram abertas de janeiro a maio deste ano, recorde absoluto na série histórica.

O setor que mais contribuiu foi o de serviços, com 365 mil vagas abertas, contra 289 mil em igual período de 2007.

A indústria de transformação gerou 265 mil. No ano passado, a construção civil criou 160 mil vagas (79 mil em 2007) e o comércio foi responsável por 83 mil empregos (68 mil em 2007).

A taxa de desemprego caiu de 8,5% em abril para 7,9% principalmente devido à maior oferta de vagas na região metropolitana de São Paulo, segundo o IBGE.

Foram gerados 113 mil postos de trabalho de abril para maio em São Paulo, a maior parte na indústria, superando o total de empregos criados nas seis regiões metropolitanas pesquisadas – 89 mil pessoas.

Segundo a FIESP, o nível de emprego na indústria de São Paulo cresceu 0,35% entre abril e maio, com a criação de 8 mil postos de trabalho. Na comparação com maio de 2007, o nível de emprego exibiu um aumento de 4,8%, com a geração de 107 mil postos de trabalho. No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o nível de emprego na indústria cresceu 6,3%, com a criação de 137 mil vagas. Em 12 meses, a taxa acumulada é de 4,8%, com 107 mil novas vagas.

Segundo o DIEESE, o desemprego na região metropolitana de São Paulo ficou em 14,1% em maio, ante 14,2% em abril. Trata-se da menor taxa para maio, desde 1996, quando foi de 16,1%.

A taxa de desemprego conjunta de seis regiões metropolitanas do País – Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo – caiu para 14,8% em maio. Em abril, havia ficado em 15%.

As principais categorias de trabalhadores conseguiram no primeiro semestre reajustes em nível igual ou superior ao da inflação, apesar da forte aceleração dos preços, nos últimos meses. Em 2003, os rendimentos mais altos eram 27,3 vezes maiores do que os salários mais baixos. No ano passado, essa proporção havia caído para 23,5.

Inflação

A inflação continua subindo: o IPCA-15/IBGE subiu 0,90% em junho, ante 0,56% em maio. No acumulado do 1º semestre, chegou a 3,67%. O IGP-10/FGV subiu de 1,52% em maio para 1,96% em junho, e o IGP-M/FGV de 1,61% em maio passou a 1,98% em junho, **acumulando 13,44% em 12 meses**. A principal pressão veio não só dos alimentos, mas, principalmente, dos **custos da construção civil**, que subiram de 0,82% para 2,84%, alta puxada pelos salários (+4,02%) e materiais e serviços (+1,80%). O óleo diesel ficará 2% mais caro, a partir de julho.

A Cesta de Compras da cidade do Rio de Janeiro ficou 0,57% mais cara na segunda semana de junho, de acordo com a **Fecomércio-RJ**. São 16 semanas seguidas em alta, e o arroz foi o item que mais subiu: 4,31%. Segundo a **Fecomércio-SP**, os preços subiram 1,46% em maio sobre abril. Três setores apresentaram queda: eletroeletrônicos (-1,65%), autopeças (-0,48%) e eletrodomésticos (-0,47%). Até maio, a alta acumulada é de 2,21%.

O preço da cesta básica – alimentos e bebidas – subiu 21,1% em maio, comparado com maio/07, o que representa 14,7%, em termos reais.

A elevação dos preços se sustenta, basicamente, na expansão do crédito bancário e comercial. Nos últimos 12 meses, o crédito do sistema financeiro cresceu 32,4%, sendo 38,2% para a indústria, 32,3% para o comércio e 31,9% para pessoas físicas.

Segundo consta, o Governo está estudando a redução dos prazos do financiamento bancário, principalmente para eletrodomésticos e automóveis.

O Governo, pouco a pouco, está se convencendo que o melhor meio para frear a inflação é cortar os gastos públicos, elevando de 3,8% para 4,3% o chamado superávit primário, que se destina a cobrir o pagamento dos juros da dívida pública. Entretanto, ao que consta, o Presidente Lula deseja reduzir a demanda agregada, mas não deseja reduzir a produção e o emprego. A falta de consenso poderá levar o Banco Central a nova elevação dos juros básicos, o que será um contra-senso.

Cresce, no mundo, a convicção de que a alta dos preços do petróleo, das matérias-primas e dos alimentos está resultando da manipulação dos Fundos de *hedge de commodities* e o Governo dos Estados Unidos, por iniciativa do Senado, está estudando a proibição dos grandes investidores atuarem nesse mercado.

Setor Fiscal

A arrecadação federal no mês de maio, registrou mais um recorde, com R\$ 50,43 bilhões, um aumento real de 4,74% em relação a maio/07. Nos cinco primeiros meses do ano, a arrecadação soma R\$ 271,93 bilhões em valores reais, 10,65% acima do mesmo período do ano passado.

O governo planeja cortar R\$ 8,2 bilhões do Orçamento, para aumentar em 8% os valores do Bolsa Família.

A Polícia Federal prendeu 26 empresários, lobistas e servidores públicos e apreendeu documentos nos gabinetes de dois deputados, em Minas Gerais. As acusações se referem a desvios de verbas, inclusive do PAC, relativas a obras nos Estados de Minas, Rio de Janeiro, Goiás, Tocantins, São Paulo, Espírito Santo e Rio Grande do Norte.

A relatora do projeto de LDO 2009 propõe obrigar o Sistema S a prestar contas via Internet das contribuições recebidas e sua aplicação.

Setor Externo

A balança comercial continua apresentando um desempenho excepcional, a despeito da adversa política cambial. As exportações de junho chegaram a US\$ 18,6 bilhões, acumulando no semestre US\$ 90,7 bilhões (+23,8%), com importações de US\$ 15,9 bilhões, acumulando US\$ 79,3 bilhões (+50,6%). O saldo registrado foi de US\$ 11,4 bilhões, 45% inferior ao apurado no 1º semestre de 2007.

Três grandes preocupações se destacam: 1) o ritmo muito acelerado das importações; 2) o fato de que o crescimento das exportações se deve quase que totalmente ao aumento de preços; e 3) ao inusitado aumento das remessas de lucros e dividendos, que atingiram US\$ 15,8 bilhões até maio, mais 76,4% do que no mesmo período de 2007. Em compensação, até maio, o ingresso direto de investimentos estrangeiros já chegou a US\$ 13,7 bilhões, 24,5% acima do

acumulado até maio/07. A taxa de câmbio continua se valorizando (+2,36% em junho e +9,07% no ano).

No cenário externo continuam fortes as preocupações com o agravamento da crise americana, a inflação mundial alimentada pela alta do petróleo e a ameaça iraniana. Os analistas do sistema financeiro continuam apostando no petróleo a US\$ 150,00/barril, podendo chegar a US\$ 200,00, o que, segundo Adam Sieminski, do Deutsche Bank AG, o maior banco da Alemanha, “quebraria a espinha dorsal do mundo e jogaria na depressão a economia mundial.